

Impunidade até quando?

Adelino Torres

Crónica publicada no jornal *Diário de Notícias* (Lisboa)
de 22 de Outubro de 2001

(NOTA: Texto reproduzido aqui pela sua ainda manifesta actualidade)

Ninguém duvida da importância da actividade empresarial, nem do seu contributo para o desenvolvimento. Mas se há empresários com merecimento, cuja ética, dedicação e rigor no trabalho os tomam dignos de respeito, também pululam outros ditos "empresários" cujo papel é bem diferente, desacreditando a classe. É a estes últimos que me refiro, personagens cavernosos que enxameiam o ambiente confundindo salariato com escravatura e o país com o quintal onde moram. Numa palavra, são casos de polícia.

Só três exemplos: tratamento ignóbil dos imigrantes; sérias responsabilidades em muitas das centenas de mortes anuais em acidentes de trabalho, mais baratos do que a sua prevenção; novo-riquismo com fuga aos elementares deveres fiscais de cidadania. Para cúmulo do despudor há os que, ainda por cima, se gabam publicamente de não pagar impostos porque declaram o salário mínimo (legalmente, imaginem!), enquanto financiam clubes de futebol em muitos milhares de contos de negociatas, pois no seu cérebro privilegiado república de direito e república de bananas são a mesmíssima coisa. Em certos casos são servidos por uma fina criadagem de "intelectuais" (assim chamados por terem lido um ou dois livros) que os põem em levitação nas colunas do *jet-set* e, por vezes, até lhes escrevem biografias.

Se não tiverem percalços, esses paladinos de interesses sem rei nem roque saídos de um cenário à Dickens, continuam a recrutar trabalhadores mal pagos junto das mafias do leste; despejam detritos das fábricas nos rios; alteram o valor terapêutico de produtos farmacêuticos; sonegam IVA às finanças; defendem como leões o segredo bancário; fecham portas e esgueiram-se com máquinas e salários; empregam mão-de-obra infantil para a "salvar da droga" (*sic*); não cumprem regras de segurança e, quando há mortos, deixam tarefeiros e pobres diabos serem responsabilizados; abrem falências com ar compungido mas não abdicam de carros de luxo e de belas residências que estão, é claro, em nome de terceiros; arrecadam poupanças nos paraísos fiscais, como um certo Bin Laden. Quando calha, à semelhança doutras mentes iluminadas, até fazem alarde de anti-americanismo pacóvio e irresponsável...

Tanta esperteza finória com sabor de injúria, avilta de modo crescente a imagem do país e gangrena a própria democracia.

Cabe perguntar se alguém se lembrou de examinar a dita declaração de salário mínimo (que abrange um terço dos que trabalham por conta própria!) à luz de "sinais exteriores de riqueza", corrente noutros países.

Bastaria simplesmente explicar esta versão actualizada do "milagre das rosas": como é que um parco rendimento se transforma em tantas maravilhas. S. Tomé, piedoso homem, exigiria ver para crer...

Admitindo que a santidade dos senhores deputados não é superior à daquele padroeiro, espera-se deles ao menos um derradeiro esforço de incredulidade.

Enquanto decorre o festim onde os figurões se banqueteam, tribunais afogam-se em processos mesquinhos, polícias economizam para comprar a própria farda, três entre as 200 mil empresas pagam sozinhas um terço do IRC total (50 pagam metade), a banca é carinhosamente poupada, advogados engordam e o Estado faz amiúde como Pilatos em nome de elevados princípios. Só para saber: haverá quem se preocupe ainda com ninharias destas?

Espero que sim porque, se não houver, a conclusão é fácil: o último a sair que apague a luz...

Diário de Notícias (Lisboa) , 22 de Outubro de 2001